

publicação/publicación de



rabalho/Trabajo

Categorias conseguiram aumentos reais - As principais categorias com data-base no segundo semestre do ano e que já fecharam acordos coletivos obtiveram aumento real de salários, conforme indica levantamento prévio realizado por sindicatos e centrais sindicais. Bancários, petroleiros, metalúrgicos e trabalhadores da indústria de alimentação, entre outros, já assinaram acordos coletivos com reajustes salariais acima da inflação. Restam ainda categorias como comerciários, químicos e têxteis, entre outras, firmarem seus acordos.

Nesta quinta, a CNB (Confederação Nacional dos Bancários), ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), assinará acordo com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Uma das poucas categorias a enfrentar um período de greve, os bancários tiveram de aceitar a proposta da Fenaban, ratificada pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), de reajuste de 8,5% sobre o salário e todas as demais verbas e benefícios.

Outra categoria a obter aumento real de 4% foi a dos metalúrgicos da Grande São Paulo, de sindicatos filiados à CUT e à Força. A maior resistência para fechar acordo foi observada no chamado Grupo 10 da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), formado por sindicatos da indústria de mecânica, *de funilaria de móveis, de estamparia, de artefatos de ferro, folhas metálicas, entre outros.* (Diário Grande ABC. 11/11/04)

Trabajo define la reforma de la ley de riesgos laborales - El Ministerio de Trabajo enviará el lunes próximo por escrito los puntos de su propuesta de reforma de la ley de riesgos laborales a entidades empresariales y a las centrales obreras, con las que está manteniendo encuentros durante esta semana.

Según altas fuentes que tuvieron contacto con funcionarios en los últimos días, la iniciativa oficial prevería la instancia del juicio civil, pero se aclararía que es una opción que el trabajador deberá hacer -en todo caso, una vez conocida la decisión de la Comisión Médica sobre el grado de incapacidad- y no un derecho que se suma a las prestaciones de la ley.

Es decir, el empleado recibiría el resarcimiento por una sola vía. Esa condición de elegir entre una modalidad u otra para la reparación era uno de los pedidos del grupo de siete entidades empresariales que se reunieron anteaer con el ministro Carlos Tomada, que ayer recibió a los dirigentes de la CGT y hoy se encontrará con sindicalistas de la CTA. Los empresarios piden otra serie de limitaciones, como la fijación de topes a los honorarios de abogados y peritos en los juicios civiles.

Promoção/Promoción



Coordenadora de
Centrais Sindicais do
Cone Sul

Edição/Edición



Consultoria Econômica Social Integrada- CESI

También se propone que los accidentes in itinere (en el trayecto del domicilio al lugar de trabajo) sean cubiertos por un fondo especial. Hoy existe un fondo acumulado por un aporte especial que hacen las empresas para el tratamiento de hipoacúsicos, y los empleadores piden evaluar si ese dinero podría usarse para los accidentes fuera del lugar de trabajo. Eso evitaría o atenuaría un posible aumento que podrían tener las alícuotas por una suba de las indemnizaciones. (*La Nación*, 17/11/04)

Asesinan a cinco miembros de los Sin Tierra Brasileños - Cinco miembros del movimiento brasileiro de los sin tierra fueron asesinados a tiros en la finca Nueva Alegria, valle de Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, por una banda de 10 pistoleros.

Entre la víctimas del incidente ocurrido la víspera al anochecer figuraron heridas al menos 14 personas, entre ellas un menor de 12 años.

De acuerdo con medios informativos brasileños, la masacre fue cometida por el grupo comandado por un hombre conocido como Calixto, primo de un latifundista de la región que ambiciona Nueva Alegria.

Los sin tierra narraron que cuando preparaban la comida los pistoleros encapuchados llegaron al campamento de precarias construcciones y de lona, lo invadieron y abrieron fuego indiscriminadamente contra hombres, mujeres, niños y ancianos.

Cuatro sin tierra murieron en el campamento y un quinto falleció en el hospital de Felizburgo, de esa región, donde fueron conducidos todos.

Un reporte oficial indicó que aún no había informaciones sobre los autores de la matanza, pero que 'se realizará una búsqueda ejemplar'.

Pero de acuerdo con fuentes del movimiento sin tierra divulgadas este domingo en Río de Janeiro, la policía local nada hace para eliminar el clima de violencia que prevalece en la región.

Hoy era esperado en el lugar de la matanza el ministro de Desarrollo Agrario, Miguel Rossetto, mientras que el secretario nacional de Derechos Humanos, Nilmário Miranda, afirmó que el gobierno está empeñado en el esclarecimiento del caso.

Un centenar de familias del movimiento sin tierra estaban acampadas en las tierras de Nueva Alegria desde mayo de 2002.

La propiedad de la misma es objeto de tensión permanente entre los sin tierra y los hacendados, quienes han amenazado de muerte a los campesinos. (*Argenpress*, 21/11/2004)

Sacoleiros põem fogo em 5 ônibus em Foz do Iguaçu - Cinco ônibus que estavam retidos em um posto de fiscalização da Receita Federal foram queimados na noite de anteontem por sacoleiros. A ação mostra uma nova tática dos sacoleiros para fugir da fiscalização da Receita.

Para escapar do cerco, os sacoleiros formaram um comboio de 280 ônibus que deixaram Foz do Iguaçu no início da noite de sábado. Em Medianeira, no posto de fiscalização Bom Jesus, da Receita Federal, o comboio foi parado, e a Receita selecionou 20 ônibus para serem fiscalizados.

Os sacoleiros, em número maior que o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, resolveram impedir a fiscalização. Depois de bloquear a rodovia BR-277, eles decidiram queimar cinco ônibus que estavam estacionados no posto de fiscalização. Os ônibus haviam sido apreendidos em operações anteriores da Receita.

Com o tumulto provocado pelo incêndio, o comboio de 280 ônibus seguiu em frente sem qualquer fiscalização. A ação mostra um recrudescimento na disputa entre sacoleiros -que trazem mercadorias contrabandeadas do Paraguai- e a Receita Federal.

A ação dos sacoleiros aconteceu depois de um bloqueio, por comerciantes e políticos paraguaios, da ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, durante toda a semana passada.

O bloqueio, apoiado pelos sacoleiros brasileiros, era um protesto dos paraguaios contra a Operação Cataratas, que já apreendeu, em uma semana, R\$ 5 milhões em mercadorias contrabandeadas.

O delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, José Carlos de Araújo, estima que, diariamente, US\$ 5 milhões em mercadorias entrem ilegalmente no país pela ponte da Amizade.

Os paraguaios querem que o governo brasileiro aumente a cota de US\$ 150 para ingresso de mercadorias sem fiscalização, para US\$ 500. (*Folha de São Paulo, 22/11/04*)



Mugnaini defende uma "mini-Bruxelas" para fazer o Mercosul avançar - O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Mário Mugnaini Jr, está defendendo o fortalecimento das instituições do Mercosul como forma de viabilizar e administrar os acordos bilaterais que serão fechados pelo bloco.

"É preciso criar uma mini-Bruxelas. Lógico que com muito menos recursos", disse Mugnaini em entrevista ao Valor, referindo-se à sede da União Européia. Ele acrescenta que o governo está começando discutir o assunto. Tradicionalmente, o Brasil resistia ao fortalecimento das instituições do Mercosul por medo de perder soberania.

Segundo o secretário, somente uma equipe técnica poderá coordenar os acordos com Comunidade Andina, Índia, África do Sul e um futuro acordo com a União Européia. Os acordos de preferência tarifária fixa com Índia e África do Sul serão assinados durante a comemoração dos 10 anos do Tratado de Ouro Preto, no próximo dia 17 de dezembro.

Mugnaini rebateu as críticas de alguns setores empresariais de que o governo não está interessado nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da União Européia. "Não é possível não estar interessado com o tamanho do nosso fluxo de comércio", diz, acrescentando que os EUA respondem por 25% das exportações brasileiras, enquanto os países da zona da Alca correspondem a 35%.

Segundo o secretário, as negociações com a Alca e a UE têm sido mais complicadas. Já um entendimento com a Índia - que inclui menos de 470 produtos - é muito mais fácil de negociar. "Mas não há nenhuma posição ideológica nisso", ressaltou.

Ele também afirmou que é um "retrocesso" transformar o Mercosul de união aduaneira em zona de livre comércio como propôs o novo diretor de comércio exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Gianetti da Fonseca.

"É uma aladização do Mercosul que não teria sentido", diz, referindo-se aos acordos parciais da Associação Latino-Americana de Integração. "Ele (Gianetti) está fazendo uma análise mercantilista da questão. Mas o Mercosul não é só comércio", acrescenta.

O secretário faz questão de frisar que os europeus já deixaram claro que só negociam com o Mercosul e não com cada país em separado.

Mugnaini defende que é necessário equipar a Secretaria de Administração do Mercosul (SAM), com técnicos agrícolas e industriais capazes de responder a questionamentos dos parceiros comerciais e de organizar a implementação das regras do bloco. Dirigida pelo brasileiro Reginaldo Arcori, a secretária já existe hoje, mas suas funções estão limitadas à parte institucional de organizar as reuniões do bloco.

Ele dá um exemplo prático: um técnico agrícola do Mercosul responderá de forma mais rápida a futuros questionamentos europeus sobre regras fitossanitárias. Uma exigência dos europeus durante as negociações do acordo de livre comércio, a padronização das regras fitossanitárias está sendo negociada pelos membros do Mercosul. A expectativa é que, em Ouro Preto, os países anunciem um prazo para concluir o trabalho.

Segundo Mugnaini, a revisão do Tratado de Ouro Preto em dezembro será um repasso de todo o Mercosul. Ele explica que é preciso incorporar os organismos que foram criados nos últimos 10 anos, como o Tribunal Permanente de Revisão, o Fórum Consultivo Econômico e Social ou a

Comissão Parlamentar Conjunta. Também será necessário rever as resoluções do Mercosul e ver o que efetivamente foi aplicado durante a última década. (*Valor Econômico*, 22/11/04)

Previdência: sai o acordo com o Mercosul - O acordo multilateral de Previdência Social com o Mercosul, que permitirá ao trabalhador ter o tempo de contribuição previdenciária contabilizado se trabalhar em outros países, estará funcionando nos próximos dias. Negociado há anos, só na última quinta-feira as regras foram ratificadas pelo Paraguai. No Brasil, o acordo multilateral foi aprovado pelo Congresso em 1999, e substituirá os acordos bilaterais firmados com Uruguai e Argentina. Graças à tecnologia, a concessão da aposentadoria será rápida.

A contagem recíproca do tempo de contribuição implica no rateio do valor da aposentadoria. Parte do valor do benefício é pago no país de origem do cidadão, como o Brasil, onde o beneficiário solicitou a concessão. A outra parte será paga pelo país onde trabalhou e efetivamente contribuiu.

Pelos dados do Ministério da Previdência Social, foram concedidos, em 2003, 444 benefícios no âmbito dos acordos internacionais, no valor de R\$ 248,3 mil. Os beneficiários são brasileiros que passaram parte da vida profissional no exterior. O número de trabalhadores aposentados beneficiários de acordos internacionais não passa de 144,3 mil, em um universo de 22 milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (*O Estado de São Paulo*, 10/11/04)

Itamaraty adota visão de argentinos de assimetrias no bloco do Cone Sul - O Itamaraty se mostrou compreensivo em relação às queixas da Argentina sobre assimetrias econômicas entre os países do Mercosul e à defesa dos argentinos de proteções para determinados setores. "O Brasil resolveu incorporar a realidade das assimetrias em sua visão do Mercosul. Reconhecemos que há diferenças entre os países, que devem ser tratadas adequadamente", disse ontem Rui Pereira, chefe de gabinete da Secretaria Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores. Pereira representou o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, em seminário organizado pela Fundação Perseu Abramo.

O diplomata respondeu indiretamente às declarações de Eduardo Sigal, subsecretário de Integração Econômica do Ministério das Relações Exteriores da Argentina. "A Argentina não vai se dar ao luxo de deixar setores como o de calçados, têxteis e linha branca à mercê da integração comercial", disse Sigal no seminário, justificando as barreiras impostas contra eletrodomésticos, têxteis e sapatos brasileiros. De acordo com Sigal, esse setores respondem por apenas 4% do comércio bilateral. "Em contrapartida, são muito importantes para a Argentina, porque empregam milhares de famílias."

O ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna, está discutindo a adoção de um mecanismo que equilibre as assimetrias econômicas entre os países do bloco. Com esse mecanismo, seria permitido impor salvaguardas quando houvesse desequilíbrios entre os países, como no caso de desvalorização cambial ou para proteger indústrias menos competitivas. "A administração anterior não admitia a discussão das assimetrias, mas esta administração acha que não deve haver propostas messiânicas e intolerantes de ignorar as diferenças de cada país."

Pereira criticou a posição de Roberto Giannetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais da Fiesp. Giannetti sugere uma revisão do Mercosul, para que o tratado se transforme em uma área de livre comércio, em vez de união aduaneira. "Essa idéia é recorrente e parte do pressuposto que isso vai deixar o Brasil mais livre para negociar", disse. "Isso é verdadeiro. Mas é preciso pensar também que a Tarifa Externa Comum é uma proteção para a indústria brasileira." Segundo ele, é uma "ilusão" acreditar que uma revisão do Mercosul traria investimentos. "O Brasil poderia até perder investimentos com uma revisão do Mercosul." (*O Estado de São Paulo*, 19/11/04)

El déficit tensa la cuerda con Brasil - Con un déficit de 1.500 millones de dólares en el intercambio comercial con Brasil, esta semana se reanudarán las negociaciones entre los empresarios argentinos y brasileños. La idea es llegar a un acuerdo sobre las limitaciones impuestas al comercio de electrodomésticos desde ese país.

El ministro Lavagna cree que la solución a las asimetrías entre Argentina y Brasil no está en crear nuevas instituciones para solucionar disputas. Lavagna busca definir estrategias que permitan un desarrollo industrial de los dos lados de la frontera. Esto es lo que el ministro entiende como un rediseño del Tratado de Asunción, que originó al Mercosur en 1995. Busca avanzar en la definición de estas estrategias durante este mes. El 24 y 25 de noviembre llegará a Buenos Aires el canciller brasileño, Celso Amorim, junto con la delegación de su país que tomará parte en el Consejo Superior del Mercosur y en la Conferencia Industrial, organizada por la UIA.

Para los argentinos, las asimetrías leídas como las ventajas e incentivos a la producción que el gobierno de Lula da Silva les ofrece a sus empresarios, representan obstáculos para el desarrollo de la industria local. El conflicto por los electrodomésticos es el que más ha tensado la relación entre Argentina y Brasil en lo que va del año. Semanas atrás, el gobierno de Lula dejó trascender que no va a permitir que Argentina siga imponiendo restricciones al ingreso de sus productos. Lavagna ratificó las medidas restrictivas e incluso les comunicó a los funcionarios del país vecino que si la situación no se arregla en el corto plazo, Argentina podría cerrar aún más sus fronteras.

Aunque la balanza comercial con Brasil es deficitaria, los productos en conflicto —textiles y electrodomésticos— apenas representan el 4% del comercio. Un informe del Centro de Estudios Bonaerenses señala que octubre fue el 17º mes consecutivo con déficit comercial. Ese mes, el saldo de la balanza fue negativo en US\$ 181 millones. En los 10 primeros meses el déficit acumula US\$ 1.529 millones. (*Clarín*, 09/11/04)

Mercosur 'depende de la especialización industrial' - El ministro argentino de Economía, Roberto Lavagna, expresó a empresarios de la construcción que el desarrollo del Mercosur depende "sobre todo" de la inversión en infraestructura y la integración de las industrias.

También reclamó que la industria de la construcción "vea" al bloque formado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay como su "mercado interno" y aumente su productividad para ser más competitiva.

El Mercosur "depende de la especialización industrial y esto no se logra bajando los aranceles ni tampoco con difíciles planes de coordinación macroeconómica", subrayó Lavagna en la Convención Anual de la Cámara Argentina de la Construcción (CAC) .

El ministro de Economía subrayó que "este es el momento" en que el país debe sentar las bases "de un crecimiento a mediano plazo" luego de la reactivación que siguió al proceso de recesión que entre 1998 y 2003 disparó los índices de pobreza y desempleo. (*Última Hora*, 10/11/04)

Diretor da Fiesp propõe que Mercosul dê um passo atrás - Às vésperas da comemoração dos 10 anos do Protocolo de Ouro Preto, um grupo de empresários brasileiros solicitará ao governo que dê um passo atrás no processo de integração e transforme o Mercosul de união aduaneira em área de livre comércio. A iniciativa é capitaneada pelo novo diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Gianetti da Fonseca.

Os empresários argumentam que o Mercosul é uma "âncora" que segura o Brasil nas negociações internacionais, impedindo acordos bilaterais com os grandes mercados, como Estados Unidos e União Européia.

"A solução é renegociar o Mercosul. É preciso ter atitudes corajosas", disse Gianetti, que foi secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) durante o governo Fernando Henrique, em entrevista ao Valor.

A proposta está sendo debatida dentro da Fiesp e já conta com a simpatia de entidades que enfrentam problemas com a Argentina, do agronegócio e da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB). O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, também está ciente do assunto.

Gianetti garante que "não é uma bravata" e diz que levará ao governo um trabalho técnico de planejamento dessa mudança. "Não é abandonar o Mercosul e ignorar a prioridade do foco na América Latina, mas liberar o Brasil para negociar livremente".

Uma união aduaneira tem duas características principais: possui uma Tarifa Externa Comum (TEC) e negocia acordos com terceiros países em conjunto. Em uma área de livre comércio, os países se limitam a zerar as tarifas entre si. O Mercosul deu um passo ambicioso e decidiu se tornar uma união aduaneira em dezembro de 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto.

"Às vezes é melhor recuar dois passos do que ficar travado. O Mercosul tem sido uma barreira", diz Cláudio Martins, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), que reúne empresas como Sadia, Perdigão e Seara.

Os empresários dos setores mais competitivos da indústria e do agronegócio estão decepcionados com o atraso das negociações com a UE e do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca). E atribuíram ao Mercosul o fracasso na recente tentativa de selar um acordo com a Europa.

Ao adotar a proposta menos agressiva dos quatro países do bloco para cada setor, o Mercosul piorou sua oferta aos europeus nos setores automotivo, têxtil e calçados por conta do protecionismo da Argentina. Por outro lado, a indústria brasileira foi responsável por ofertas piores em autopeças, bens de capital e eletroeletrônicos.

Os empresários brasileiros também reclamam do Paraguai, que não possui relações diplomáticas com a China, e do Uruguai, que fechou acordo de investimento com os EUA pouco antes das eleições presidenciais.

Se voltasse a ser uma área de livre comércio, o Mercosul estaria mais próximo do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) do que da UE. "O México já fechou 42 acordos de livre comércio. Nós queremos dar um passo e tem três nos segurando", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB.

Os recentes conflitos com os argentinos também ajudaram a acirrar os ânimos dos empresários brasileiros. "Ou o Mercosul é para valer, ou é só uma âncora que segura o Brasil nos acordos bilaterais", defende Paulo Saab, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

O setor enfrenta restrições da Argentina para a venda de geladeiras, fogões, lava-roupas e televisores e está insatisfeito com a maneira como o governo brasileiro tem conduzido as negociações. "O governo argentino comete uma série de arbitrariedades e o governo brasileiro não dá resposta à altura", diz Saab.

Elcio Jacometti, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Calçados (Abicalçados), afirma que o propósito do Mercosul é ser área de livre comércio e que "a Fiesp está correta". O setor de calçados está interessado na Alca e enfrenta tensas negociações com os argentinos.

Só que transformar o Mercosul em área de livre comércio não solucionará os problemas internos do bloco. O governo brasileiro está buscando uma nova interlocução com os empresários por meio da formação da Coalizão Empresarial Brasileiro-Argentino. E contava com a Fiesp para dialogar com os setores mais sensíveis. Skaf teve uma reunião inicial com as áreas eletrodomésticos, têxteis, calçados e automóveis. Mas, por enquanto, não foi bem-sucedido. Representantes desses setores desconfiam da iniciativa e dizem que a entidade paulista não fala pelo país. (*Valor Econômico* – 12/11/2004)

Paraguay sigue como convidado de piedra en Mercosur, afirman - El director general de ProParaguay, Lic. Luis Morínigo, aseveró ayer que nuestro país, lamentablemente, sigue como "convidado de piedra" en el Mercosur, si se consideran los obstáculos que sufren sus escuálidas exportaciones. Informó que la institución ha detectado, solo en el mercado brasileño, 23 trabas extra-arancelarias. Manifestó que el acuerdo regional castiga a los más débiles, pero beneficia a Brasil y a la Argentina, casi exclusivamente. Morínigo cuestionó la existencia de una gran cantidad de disposiciones internas brasileñas, que lo único que hacen es perjudicar las exportaciones de un país como el nuestro, que ya está jugando en desventaja.

Sobre el punto, añadió que el Mercosur está compuesto de la siguiente manera: 77% Brasil, 22% Argentina, 2% Uruguay y solamente 1% Paraguay y pese a esta conformación, los grandes "socios" buscan hundir al más débil del bloque.

Consultado si se justifican dichas barreras, el funcionario aseguró que de ninguna manera se pueden justificar, comenzando por el impuesto denominado Pis/Cofins. Dijo que, por su lado, Paraguay no aplica ningún tipo de impuesto interno sobre los productos brasileños para solucionar problemas de orden interno.

Añadió que Paraguay siempre cumplió a "rajatabla" los acuerdos firmados dentro del bloque y trata de ser un colaborador dentro del Mercosur, pero no tiene el mismo trato de parte de sus socios, de manera que sigue cumpliendo el triste papel de "convidado de piedra" dentro del acuerdo subregional.

Preguntado qué están haciendo las autoridades encargadas de este problema (Cancillería) para levantar estos obstáculos, dijo que el Ministerio de Relaciones Exteriores realiza los reclamos a través de los canales correspondientes. Sin embargo, dijo que estos reclamos no tienen eco ante las autoridades brasileñas, en este caso. *(ABC Color, 19/11/04)*

Otro perjuicio del Mercosur a Uruguay - Las distorsiones aduaneras en el flujo de comercio dentro del Mercosur está determinando la radicación de inversiones en Brasil y Argentina en todos los últimos años, dijeron fuentes diplomáticas.

Las demoras o bloqueos de diversos productos a Argentina o Brasil, desde bicicletas hasta el arroz, están empujando a los inversores decididos a instalar módulos productivos en alguno de los países miembros para abastecer a todo el bloque.

Cuando un inversionista analiza que si se instala en Uruguay, los cortes o demoras selectivos de frontera como los que aplican Argentina y Brasil, dejan a su industria con un mercado de sólo el 2,50% del total del Mercosur.

Si el inversionista decide instalarse en Brasil, aunque los otros tres países aplicaran las mismas prácticas, mantiene más del 70% del mercado para el que había proyectado la inversión. *(Últimas Noticias, 19/11/04)*



Empresas & Setores

Acordo permite venda maior de geladeiras para Argentina - O setor privado brasileiro conseguiu fechar anteontem um acordo que amplia a quantidade de refrigeradores que poderão entrar no mercado argentino em 2005.

Segundo o acertado entre a Eletros, representante dos eletroeletrônicos do Brasil, e a Cairaa, que reúne os fabricantes da Argentina, a cota mensal passa das 18.160 unidades atuais para 26.354, e o Brasil obteve a garantia de que ocupará 50% do mercado do país vizinho. O acordo tem validade até o mês de dezembro de 2005. O lado argentino também se comprometeu a não solicitar medidas adicionais de proteção durante a vigência do acordo.

O pacto foi alcançado depois de os dois lados terem conseguido chegar a uma estimativa para o tamanho do mercado de geladeiras do país vizinho. Em julho, os fabricantes dos dois países fixaram cotas provisórias, mas as cifras para o ano que vem dependiam de se chegar a um número que pudesse ser aceito por ambos. Para este ano, a cifra ficou em 550 mil unidades e foi ampliada para 625,5 mil no ano que vem. Deste total, 316.250 serão vendidos pelas fábricas brasileiras, e a produção local deve ocupar 47%, com até 3% reservado para provedores de terceiros países.

Uma das cláusulas do acordo prevê que caso a participação de terceiros países supere os 3% acordados (18.765 refrigeradores), o Brasil poderá ampliar suas exportações em igual número de unidades. Assim, se as vendas de terceiros países forem de 20 mil unidades, por exemplo, os fabricantes brasileiros estarão autorizados a despachar 1.235 geladeiras além da cota anual.

Além disso, os termos serão revisados em julho, podendo resultar em alterações da cota caso o tamanho do mercado se altere ou haja algum desvio de comércio, e o governo argentino também se comprometeu a monitorar o ingresso de produtos de terceiros países.

O documento também prevê uma compensação para os fabricantes brasileiros por causa do aumento do ingresso de produtos de terceiros países desde que o primeiro acordo de restrição voluntária de exportações foi fechado. Considerando-se o tamanho do mercado em 550 mil unidades em 2004, o Brasil já teria praticamente preenchido toda a cota anual correspondente a 50% das vendas, mas devido ao ingresso de refrigeradores de outros países, em especial do México e do Chile, os brasileiros ganharam o direito de extrapolar a cota deste ano em 10 mil unidades. Em dezembro, a cota brasileira de exportação será de 18.160 refrigeradores. (*Valor Econômico*, 19/11/04)



O Redesenho do Mercosul

Dante Sica

Apesar do fato de que em 2003 o Mercosul foi sacudido por um terremoto de mudanças por parte das principais autoridades de seus maiores membros, na tentativa de dar-lhe a vitalidade tão necessária, os fatos que se seguiram, principalmente a escalada de conflitos comerciais e a postergação dos avanços para a livre circulação dos produtos, demonstraram que o lapso transcorrido não foi utilizado para aprofundar a integração da maneira desejada. A agenda do Mercosul tem itens pendentes há vários anos, com propostas de avanços conhecidas por todos os seus principais participantes, mas cuja concretização em certas ocasiões parece impossível, em vez de apenas improvável.

Temas como a livre circulação de bens, a integração de processos produtivos incrementados em mais de um dos países-membro e a eliminação da cobrança em dobro da tarifa externa comum (TEC) são alguns dos tópicos clássicos em questão, aos quais, outros de caráter estrutural, deverão ser acrescentados, como o tratamento dado às assimetrias e às políticas de apoio público à atividade produtiva ou as divergências (e dificuldades) na internacionalização de normas entre os países-membro.

O Tratado de Ouro Preto, firmado no final de 1994, marcou presença na estrutura institucional do Mercosul e instalou temas como as pautas para a tarifa externa comum (TEC) para produtos sensíveis, a incorporação às regras gerais dos setores automotivo e açucareiro e uma reforma institucional para criação de novos organismos. Entretanto, além das inovações positivas, a aplicação de muitos dos conceitos desse tratado não recebeu a continuidade desejada. Apesar de nos últimos anos terem surgido tentativas diferentes para relançar o Mercosul, os repetidos fracassos são uma evidência de que apenas com a vontade política isso não se realizará.

Atualmente, as diferentes circunstâncias produziram a necessidade de um novo debate, denominado informalmente de Ouro Preto II. Essa nova reunião de cúpula deverá ajudar a recriação e o espírito do Mercosul e a definição de seu futuro imediato, assim como servirá de ocasião para a realização de um balanço que permita identificar quais foram os avanços conseguidos, e em processo de integração, e quais são os obstáculos que continuam a vigorar nos âmbitos institucional e comercial.

Nas discussões do Ouro Preto II as questões que devem prevalecer podem agrupar-se em três grandes blocos: institucional, estrutural e comercial. No institucional deverá ser pleiteado como objetivo básico o avanço na denominada Agenda 2006; também devem ser pleiteados os mecanismos de elaboração e tomada de decisão, ponto no qual convém analisar a possibilidade de flexibilizar o sistema de votação, quem sabe implementando um mecanismo

diferenciado (por exemplo, por maioria de votos, ou voto qualificado, segundo certos parâmetros).

Quanto ao item estrutural, as linhas de trabalho a abordar passam fundamentalmente pelo fomento das políticas comuns e pelo avanço na complexa questão da convergência estrutural. Nesse ponto é vital a estruturação de políticas que procurem tratar das assimetrias, principalmente nos aspectos de apoio público em assuntos impositivos e financeiros; além disso, deve-se trabalhar sobre mecanismos de igualdade frente às bruscas mudanças macroeconômicas e aprofundar a integração produtiva.

Um terceiro ponto a levar em consideração é a importância dos valores culturais na integração, tema que até o momento tem sido sufocado pela primazia outorgada às questões institucionais e comerciais. Nesse aspecto, e como complemento necessário para uma integração ampla, que abarque as idéias e sentimentos dos cidadãos do Mercosul, deve-se organizar uma política de comunicação e o incentivo dos mecanismos de participação.

Ouro Preto II abre as portas para uma reorganização do Mercosul que deverá formar o arcabouço de um bloco mais compacto e homogêneo e que, sem dúvida, o fortalecerá nas diferentes frentes de negociações internacionais que prosseguem. Até o momento, as diferenças internas não parecem ser determinantes nesse aspecto, mas está claro que isso também mudará. O caso da negociação do Mercosul com a União Européia (UE) é um reflexo disso - as discrepâncias entre os membros do bloco constituíram um dos pontos que conduziram à postergação do acordo para o próximo ano.

Não há dúvida de que, no momento, o Mercosul debate fortemente sobre qual será seu perfil no futuro e sobre suas razões de existir. Seja lá qual for a estrutura final que se dê ao bloco regional, sua continuidade exigirá de cada um dos países-membros um enorme esforço, devendo predominar a idéia de um bloco regional sólido e coeso, acima dos interesses particulares de seus membros. Ouro Preto II deve ser tratado como grande oportunidade a ser aproveitada ao máximo. Kicker: Os repetidos fracassos do relançamento do bloco mostram que só vontade política não basta.

Dante Sica - Advogado, presidente da Centro de Estudios Bonairenses (CEB) e ex-secretário da Indústria, Comércio e Minério da Argentina. (Gazeta Mercantil, 16/11/04)

Más política en el Mercosur

Eduardo Sigal

Sin integración políticamente gobernada, el futuro nos reserva sólo el lugar de la competencia por la desregulación, la precarización del trabajo y la reducción de lo público en aras de atraer capitales extranjeros.

En diciembre tendrá lugar la cumbre de presidentes del Mercosur en la ciudad de Ouro Preto, la misma en la que hace diez años se concretó su primer diseño institucional.

La carga simbólica que rodea el encuentro exige —aun en el marco del escaso tiempo que nos queda— un esfuerzo para que su saldo sea una señal inequívoca de la voluntad de un nuevo modelo de integración regional.

¿Cuáles deberían ser las señales a emitir? En primer lugar, la de que el funcionamiento del Mercosur será algo más que una rutina diplomática interpresidencial periódica.

Es decir, la señal de que avanzamos en la dirección de fortalecer los elementos de supranacionalidad en el funcionamiento del bloque, expresados en instituciones estables y permanentes, dotadas de grados de autonomía.

Estamos convencidos de que la integración regional políticamente gobernada es el único camino para que nuestros países conserven grados de autonomía y posibilidades de incidir en el curso de desarrollo de sus sociedades.

No puede faltar en Ouro Preto II un compromiso colectivo para encarar con voluntad política y solvencia institucional los recurrentes problemas comerciales entre sus socios, así como para acelerar el paso hacia una progresiva articulación productiva y el desarrollo de la infraestructura regional.

Sería muy importante marcar decididamente el rumbo de una integración política, a través de la decisión de un plazo para la conformación del Parlamento común.

Los parlamentos son los lugares representativos por excelencia; su elección en un plazo razonable a través del voto popular constituiría un paso en el involucramiento de nuestros pueblos y nuestras dirigencias políticas en el proceso de integración. Su funcionamiento permitiría un debate político transversal del rumbo, y facilitaría la constitución y el vínculo fluido entre familias político-ideológicas transnacionales. Construir el Parlamento es llevar la integración al más alto foro de debate público.

Ouro Preto II tendría que señalar, además, el camino para una mayor transparencia del proceso decisorio y, consecuentemente, para un renovado papel de las organizaciones de la sociedad civil. Es necesario que la consultividad del Foro Consultivo Económico Social, organismo creado para articular a las organizaciones sociales de los países miembros, deje de consistir exclusivamente en que no tienen capacidades decisorias: debe institucionalizarse la información sistemática y la efectiva consulta, dirigida a fortalecer la legitimidad social de las instituciones del Mercosur.

La integración no avanzará más rápidamente ni tendrá más solidez que la rapidez y la solidez que le permita el anclaje social que sea capaz de obtener; el ejemplo de la Unión Europea es aleccionador al respecto.

Cada vez menos la referencia a la integración regional significa hablar de "política exterior": el debate sobre el modelo de integración es el debate sobre el futuro de cada una de nuestras sociedades.

Desde una perspectiva progresista, el ideal de una sociedad igualitaria, capaz de absorber con justicia y equidad todas las posibilidades del mundo actual, es irrealizable en los límites de los Estados nacionales.

Sin integración políticamente gobernada y socialmente arraigada, el futuro nos reserva el lugar de la competencia por la desregulación, la precarización del trabajo y la reducción de lo público en aras de atraer a los capitales extranjeros.

El libre comercio sin regulación política equivale a la consagración de un modo de convivencia social signado por la dualización y la polarización. Los mercados libres y competitivos en el contexto de sólidas instituciones políticas de alcance supranacional constituyen el camino para la modernización con justicia social.

Eduardo Sigal - Subsecretario de Integración Económica, Americana e Mercosur, Cancillería (Clarín, 18/11/04)

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT/Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center/AFLCIO